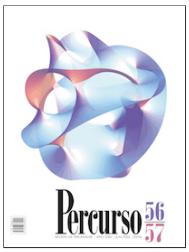
UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail Notícias Esporte Entretenimento Universa PagSeguro BUSCAR

Percurso 56/57 Jean Laplanche
ano XXIX - Junho/ Dezembro 2016
230 páginas
capa: Calabi Yau

EDIÇÃO num. ▼ TÍTULO DE ARTIGO AUTOR ÍNDICE TEMÁTICO ASSINE PERCURSO



voltar ao sumário

Resumo
Resenha de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes; Flávio Carvalho Ferraz (orgs.), Ditadura civil-militar no Brasil – O que a psicanálise tem a dizer, São Paulo, Escuta/Sedes Sapientiae, 2016, 164 p.

Autor(es)
Mário Pablo Fuks
é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professor do Curso de "Psicanálise: teoria e clínica", coordenador do Curso de "Psicopatologia Psicanalíticas e Clínica Contemporânea", todos no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo.

Notas
[i] Ver, na Introdução, textos de Heidi Tabacof e de Camila Salles Gonçalves.
[ii] R. Kaës, Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria: notas
[iii] Os organizadores: Apresentação (p. 7).
[iv] Mesa 1 - Verdade e farsa: Alberto Dines, Maria Rita Kehl e
[v] Expressão do jurista paraguaio Justo Prieto, retomada por Belisário dos Santos Jr. (p. 121).

voltar ao sumário

LEITURA

Apresentação do livro Ditadura civil-militar no Brasil - o que a psicanálise tem a dizer [Ditadura civil-militar no Brasil - o que a psicanálise tem a dizer]

Presentation of the book Civil-military dictatorship in Brazil - what Psychoanalysis has to say

Mário Pablo Fuks

Este livro que está sendo lançado constitui, sem a menor dúvida, uma realização muito importante, que enaltece o Departamento de Psicanálise e a instituição Sedes da qual ele faz parte. Tal como muitos livros do Departamento, é fruto de uma atividade coletiva anterior. Mas neste caso tratou-se de um evento muito especial, incomum e instigante, que se insere num momento de forte significação histórica - os 50 anos do golpe de Estado que, em 1964, deu início à ditadura civil-militar - e no qual todos fomos levados a nos debruçar sobre um passado traumático, repensá-lo e ressignificá-lo, porque poder fazê-lo era, e continua a ser, muito importante para todos nós. Como disse Dodora no próprio título de sua abertura, há que apropriar-se do passado para poder construir o futuro (p. 13).

O evento que lhe deu origem foi elaborado com uma concepção muito acurada e criativa do que deveria ser a experiência coletiva proposta. Teve um primeiro tempo destinado a mobilizar memórias, ativar lembranças, recuperar vivências que ficaram cindidas, dar voz ao que foi silenciado, através de dispositivos montados com o auxílio de uma equipe muito qualificada de psicodramatistas[i].

Kaës diz que "uma rememoração compartilhada e comunicada é necessária para o esforço requerido para a criação da história. Para que essa experiência ocorra é necessário que se estabeleça a confiança. O traumatismo sofrido nas catástrofes sociais destrói a confiança e, pior ainda, transforma suas vítimas em estrangeiras de uma história da qual não podem apropriar-se" [ii].

Uma historização como a que propiciou esse evento comporta também a possibilidade de uma transmissão geracional. O Departamento inclui uma faixa importante de membros que eram crianças de escola nos primeiros tempos da ditadura e de muitos membros jovens que nem a conheceram. Este tipo de trabalho vem sendo, ao mesmo tempo, um fator de resistência à opressão de novas formas de poder e de certo modo de subjetivação em que a história e a temporalidade tenderiam a desaparecer.

Quanto às mesas-redondas, psicanalistas, jornalistas, advogados, convocados com a finalidade de contribuir para a compreensão "do que ainda nos é tão contemporâneo e doloroso"[iii], foram escolhidos com muito critério. Basta ver o sumário do livro[iv]. Eles desenvolveram suas intervenções seguindo vários eixos temáticos: verdade e farsa, memória e esquecimento, lei e estado de exceção, punição e impunidade.

Procurando aprofundar o diálogo entre psicanálise e política, foram exploradas as ligações possíveis entre o mito freudiano de uma proto-história de dominação e crueldade, que se repete nos períodos de opressão, e os importantes trabalhos sobre o Estado de exceção, de G. Agamben, constituído em paradigma do Estado moderno.

Essas articulações permitem desvendar o modus operandi da opressão no caso das ditaduras latino-americanas. As graves e massivas violações dos direitos humanos configuraram uma política de Estado destinada à "domesticação da cidadania"[v] em toda a América Latina. Os conceitos psicanalíticos de desamparo, crueldade e onipotência despótica permitem situar a prevalência do traumático a partir da dessubjetivação produzida pelo terror de Estado, mas permitem entender também por que e de que maneira, diante da imposição do silêncio, do encobrimento, da recusa e do esquecimento, diante da claudicação do sentido induzida e perpetuada pelo poder civil-militar, torna-se possível contrapor-lhes a potência do acolhimento,

da criação de espaços de fala e a existência de uma escuta sensível. Permitem ver como operam a restituição da função simbólica da palavra, o trabalho da memória e a sustentação de um desafio: dizer o indizível, testemunhar, criar narrativas possíveis para vivências impossíveis de transmitir. O que está em jogo aqui é uma posição ética, inerente à prática psicanalítica, que se faz presente nos trabalhos dos analistas nas diversas áreas em que eles intervêm. Nas Comissões da Memória e da Verdade, nas Clínicas do Testemunho, em fóruns de denúncia e debate sobre os atuais enclaves de exceção existentes na ordem jurídica como uma herança da ditadura. É o caso da Lei da Anistia, que permanece intocada desde sua sanção e que perpetua a impunidade dos algozes, dando sustento à permanência da violência de Estado. O Brasil é o único país latino-americano que não julgou e condenou os torturadores, ou seja, que não produziu nenhum ato simbólico e efetivo que pudesse barrar de vez essa prática, em que as polícias continuam militarizadas e em que são torturados hoje em dia mais pretos, mais pobres e jovens do que durante a ditadura. Os militares se negaram a reconhecer sua participação nesses atos e contribuir para seu esclarecimento. Os corpos não foram achados.

Alberto Dines diz, em certo momento:

Não pretendo discutir a Lei da Anistia já que, aparentemente, ela veio para ficar, mas o que também deve ficar para sempre é o compromisso de buscar a verdade. Essa é uma espécie de religião sem divindades. Essa foi a religião de Espinoza, essa foi a religião de uma série de grandes benfeitores da humanidade não religiosos, ateus, descrentes, céticos ou agnósticos: buscar a verdade. E a verdade não está contida no culto estanque de datas e ritos formais de passagem; a verdade está contida num exercício intenso, penoso, paciente e inconfortável de ir em frente sem esquecer o que ficou para trás (p. 40).

Mas aproveito essa citação de Dines sobre a religião para falar-lhes de uma lembrança que me surgiu, de muitas décadas atrás, referida à Madre Cristina - quando, com um grupo de analistas argentinos, estávamos chegando ao Brasil e, pouco depois, ao Sedes. Acabávamos de conhecer a Madre e ser convidados a ficar na instituição a fim de ajudar no trabalho que se estava desenvolvendo no Sedes. Era o ano de 1977. Lembro que entrei neste auditório por um corredor central. À esquerda as janelas, maiores; o chão horizontal e, ao fundo, na parede, o crucifixo. À frente, à minha direita, de pé, Madre Cristina apontando para o crucifixo e dizendo: "Este homem era também um jovem lutador que foi torturado e morto por uma ditadura que teve, no entanto, a decência de devolver o corpo para sua mãe".

Estivemos conversando sobre isso aqui, uma semana atrás, junto com Dodora, com a Vera Paiva - filha do deputado Rubens Paiva, desaparecido durante a ditadura militar. Ela não conhecia esse episódio e disse que essas palavras da Madre Cristina deveriam ser grafadas nas paredes do auditório. Mesmo que as palavras causassem em mim um impacto afetivo muito grande, em que o susto não estava ausente, lembro aquele momento com alegria, lembro a admiração que me causaram a coragem e a lucidez de sua fala, assim como o interesse suscitado por esse processo de politização que se estava produzindo nessa instituição religiosa bem peculiar. Lembro, por exemplo, de ter visto no hall de entrada um anúncio sobre uma conferência a cargo de um padre, talvez um seminarista, sobre a prática teológica como processo de trabalho, remetendo às ideias de Louis Althusser.

Para concluir, o que a psicanálise tem a dizer neste livro sobre a ditadura nos serve não só para compreender o passado, mas também para pensar no presente e no futuro de nossa democracia, fragilizada como ela está - por uma falência da legitimidade no campo institucional; uma gestão crescentemente autoritária, repressora e policial, dos conflitos políticos; pelo acirramento da intolerância e do preconceito alimentados desde o poder e desde as mídias e pela possibilidade, muito consistente, de uma perda, a curto prazo, de direitos sociais arduamente conquistados.

Em meio ao penoso exercício de contraponto entre farsa e verdade, em que se transformou a leitura do jornal toda manhã, pode acontecer também algo mais liberador, como a alegria sentida dias atrás ao encontrar-me com a notícia de que, na ocupação do Canecão, Chico Buarque, convocado a chutar a primeira bola do futebol democrático, decidiu cantar "Apesar de você amanhã há de ser outro dia".

voltar ao topo voltar ao sumário

Percurso é uma revista semestral de psicanálise, editada em São Paulo pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae desde 1988.

Sociedade Civil Percurso
Tel: (11) 3081-4851
assinepercurso@uol.com.br

© Copyright 2011
Todos os direitos reservados